



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**“CIDADANIA, CELERIDADE PROCESSUAL E A QUALIDADE DAS
DECISÕES JUDICIAIS”**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI, PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE E CHEFE DO ESTADO, POR OCASIÃO
DA INAUGURAÇÃO DA CONSERVATÓRIA DO REGISTO CIVIL E
NOTARIADO E DO TRIBUNAL JUDICIAL, NO DISTRITO DE DERRE.**

DERRE, 02 DE MARÇO DE 2023

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Digníssimo Procurador-Geral Adjunto;

Senhor Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;

Veneranda Presidente do Cofre dos Tribunais;

Venerandos Juízes Conselheiros;

Senhora Secretária de Estado na Província da Zambézia;

Senhor Governador da Província da Zambézia;

Senhora Administradora do Distrito de Derre;

Venerandos Juízes Desembargadores;

Estimados Delegados Provinciais da Ordem dos Advogados de Moçambique e do Instituto de Patrocínio e Assistência Judiciária;

Caros Magistrados, Advogados, Conservadores, Notários, Membros da Polícia da República de Moçambique, Membros do Serviço Nacional Penitenciário, Técnicos e Assistentes Jurídicos do Instituto de Patrocínio e Assistência Judiciária, Oficiais e Assistentes de Oficiais de Justiça e Funcionários do Sector da Justiça;

Ilustres Parceiros da Comunicação Social;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Dando cumprimento ao nosso propósito de alargar o acesso à justiça e ao Direito, há momentos, procedemos à inauguração de duas infra-estruturas que têm como fim a consolidação da cidadania em Moçambique.

Referimo-nos às infra-estruturas onde funcionarão a Conservatória dos Registos e Notariado e ao Tribunal Judicial deste distrito.

As duas infra-estruturas, por sinal, vizinhas uma da outra, *casam-se* perfeitamente em termos de serviços, pois vejamos:

Uma – **a Conservatória** - dedica-se ao registo de factos importantes para a vida de qualquer cidadão, como seja o nascimento, o casamento, a procriação, a separação ou divórcio e a morte; e

A outra – **o Tribunal** - vai apreciar os conflitos que surgirem nas comunidades e tomar decisões que conduzam a uma maior harmonia social.

Com a inauguração da Conservatória, os residentes de Derre, novo distrito, terão maior facilidade em obter a certidão de nascimento que é, no nosso país, um documento essencial para que o cidadão possa usufruir dos seus direitos fundamentais.

Deste modo, estamos a responder à dinâmica socio-económica deste recanto da província da Zambézia.

Neste edifício, também funcionarão os serviços de notariado, o que permitirá a elaboração de procurações, reconhecimento de assinaturas, autenticação de documentos e outros.

No âmbito do Estado, a implantação da Conservatória vai contribuir para a efectiva actividade das instituições do Governo na colecta de dados estatísticos sobre a população, facilitando-se a eficiente planificação e operacionalização dos programas de Governação.

Queremos aproveitar esta ocasião para exortar às lideranças locais e à população no geral para afluírem em massa ao processo de registo e a ter documentos de identificação, condição fundamental para o exercício de uma cidadania activa.

Caros Presentes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Em Moçambique, precisamos de continuar a ampliar o acesso à justiça e ao direito, de modo a, muito rapidamente, concretizar o objectivo constitucional de garantir o exercício na sua plenitude.

Muitos moçambicanos consideram os tribunais inacessíveis, devido a um conjunto de barreiras, com realce para o desconhecimento dos direitos e deveres, a localização geográfica destas instâncias e as dificuldades financeiras.

- i. No âmbito do **conhecimento dos direitos e deveres fundamentais**, importa realçar que a consciência sobre os mesmos e o seu conhecimento são ainda baixo entre nós. Entre os factores de bloqueio ao acesso, encontramos a presença de um sistema judicial caracterizado pela formalidade e a utilização de linguagem e procedimentos desconhecidos pela maior parte dos cidadãos, o que o distancia da nossa população. Devemos, no entanto, reconhecer que existem iniciativas positivas de algumas instituições e organizações da sociedade civil na divulgação da nossa Lei Fundamental em várias línguas nacionais, para além de várias outras iniciativas no domínio da advocacia dos cidadãos.
- ii. O difícil **acesso geográfico** aos tribunais, especialmente para os cidadãos que residem em distritos afastados das áreas urbanas ou das capitais provinciais, é também um impedimento real à efectivação do acesso aos tribunais formais. Por isso, temos estado a encorajar a iniciativa “*Um Distrito, Um Edifício Condigno para o Tribunal*”, pois esta visa, em parte, responder a este desafio.
- iii. Por sua vez, o **acesso financeiro**, com destaque para as **custas judiciais**, que continuam a limitar, para um cidadão de rendimento médio; ao **custo da assistência jurídica**, decorrente dos honorários dos advogados e de outros profissionais do Direito; para além dos custos resultantes da **morosidade processual** tornam a justiça proporcionalmente mais cara para as acções de pequeno valor. Estas custas judiciais têm estado a vitimizar, mais uma vez, a população carenciada, dado que é precisamente neste tipo de acções que tendem a intervir. Os nossos esforços colectivos devem ser no sentido de reverter este cenário.

Estimados Magistrados, Oficiais de Justiça e Assistentes de Oficiais de Justiça, Conservadores, Notários e Funcionários e Agentes da Conservatória do Registo e Notariado e do Tribunal Judicial do Distrito de Derre!

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

As infra-estruturas que acabámos de inaugurar vão contribuir para a melhoria das vossas condições de trabalho e, consequentemente, para a melhoria da vossa prestação.

Se ontem, a população era registada através de brigadas móveis do registo civil, com todo o inconveniente de instabilidade, por falta de um arquivo documental permanente local; se ontem, as decisões não eram tempestivas, porque não era possível realizar um ou mais julgamentos no mesmo dia, por falta de salas de audiência para o efeito, hoje, esses argumentos deixaram de fazer sentido.

Doravante, esperamos de vós uma prestação de excelência, caracterizada por um tratamento cortês dos utentes; celeridade na tomada de decisão; aplicação correcta e devidamente fundamentada da lei e o respeito pelos direitos dos cidadãos.

Exortamos para que cuidem e conservem os edifícios que agora vos entregamos.

Aos compatriotas beneficiários destas infra-estruturas de Derre e áreas adjacentes, façam o bom uso deste património que vos pertence.

O facto de termos aqui mais um tribunal não deve significar, necessariamente, um aumento da conflitualidade. Evitem os conflitos. Contudo, se eles ocorrerem, analisem se não é possível uma solução extra-judicial. Nem todos os litígios devem terminar na barra dos tribunais.

Evitem, também, cometer crimes. Sejam eles ofensas corporais, violência doméstica nas suas diferentes formas, furtos e roubos, cobranças ilícitas, actos de corrupção, crimes contra o ambiente, entre outros, porque, nesses casos, as autoridades competentes devem e vão agir.

Termino, felicitando o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e o Judiciário, em particular, a Direcção Nacional dos Registos e Notariado e o Cofre dos Tribunais, bem como o Governo da Província da Zambézia e do Distrito de Derre.

Com votos de um excelente desempenho nas vossas actividades, **declaro Oficialmente Inaugurados a Conservatória do Registo e Notariado do Distrito de Derre e o Tribunal Judicial do Distrito de Derre.**

Muito obrigado!